

**A. I. Nº** - 102148.0212/03-0  
**AUTUADO** - MILL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.  
**AUTUANTE** - MARCOS VENICIUS BARRETO MAGALHÃES  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ  
**INTERNET** - 19.02.04

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0042/01-04

**EMENTA:** ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. IMPOSTO NÃO DESTACADO EM DOCUMENTO FISCAL. Infração reconhecida pelo sujeito passivo. 2. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES PAGOS E OS ESCRITURADOS NO LIVRO FISCAL. Provado nos autos que o contribuinte é optante pelo regime do SimBahia, cuja sistemática de pagamento do imposto é diferente da do regime normal de apuração do tributo. Lançamento indevido. 3. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. SAÍDAS E ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A DIFERENÇA DE MAIOR EXPRESSÃO MONETÁRIA, A DAS OMISSÕES DE SAÍDAS. Fato reconhecido pelo contribuinte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 17/10/03, apura os seguintes fatos:

1. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a imposto não destacado em documento fiscal, sendo lançado tributo no valor de R\$ 103,76, com multa de 60%;
2. recolhimento de ICMS efetuado a menos, em virtude de divergência entre os valores pagos e os escriturados no livro de apuração, lançando-se o imposto no valor de R\$ 80.313,87, com multa de 60%;
3. falta de recolhimento do imposto [ICMS] por omissão de saídas de mercadorias, efetuadas sem emissão de documentos fiscais e sem a devida escrituração, decorrente da falta de registro de entrada de mercadorias em valor inferior ao das saídas efetivas omitidas [sic], fato apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécies de mercadorias em exercício fechado, levando-se em conta para o cálculo do imposto a diferença de maior valor monetário, o das saídas, lançando-se o imposto no valor de R\$ 2.652,53, com multa de 70%.

O contribuinte, ao defender-se, declara inicialmente reconhecer os débitos dos itens 1º e 3º do Auto de Infração. Quanto ao 2º item, alega que no período objeto do lançamento a empresa se encontrava inscrita no SimBahia, de modo que o pagamento do imposto é feito por regime diverso daquele previsto para o regime normal de apuração. Juntou cópia do requerimento apresentado para enquadramento no SimBahia. Transcreveu ementa de acórdão da 4ª Junta que julgou improcedente autuação de igual natureza. Pede que se declare a improcedência do tópico em questão.

O fiscal autuante prestou informação pondo a culpa no INC (Informação Cadastral), que não indica a data do deferimento da solicitação de enquadramento no SimBahia feita pelo sujeito passivo. Comenta que, de acordo com o regulamento do imposto, o inspetor fazendário pode determinar a alteração do enquadramento de modo a surtir efeito a partir do mês subsequente ao seu deferimento.

O processo foi submetido à apreciação desta Junta, na pauta suplementar do dia 10/2/04, sendo decidido que o mesmo se encontra em condições de ser julgado.

## VOTO

Apenas está em discussão o 2º item do Auto de Infração, que cuida de recolhimento de ICMS efetuado a menos, em virtude de divergência entre os valores pagos e os escriturados no livro de apuração.

O débito levantado no item em questão compreende o período de junho a dezembro de 2001. O contribuinte anexou cópia do Documento de Informação Cadastral (DIC) através do qual solicitou a mudança do regime normal de apuração para o sistema do SimBahia. O pedido foi deferido pelo inspetor fazendário em data anterior ao período considerado. A defesa transcreveu a ementa de acórdão da 4ª Junta que julgou improcedente autuação de igual natureza. Diante desses fatos, considero indevido o lançamento do tributo pelo regime normal de apuração.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **102148.0212/03-0**, lavrado contra **MILL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 2.756,29**, acrescido das multas de 60% sobre R\$ 103,76 e de 70% sobre R\$ 2.652,53, previstas no art. 42, VII, “a”, e III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Esta Junta recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10.10.00.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de fevereiro de 2004.

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA